

## **A ESTRUTURA REPRESSIVA DA AUTOCRACIA BURGUESA BONAPARTISTA NO BRASIL: A OPERAÇÃO RADAR (1973-1976)**

*Lucas Pereira da Paz Bezerra\**

**Resumo:** A formação histórica brasileira se caracteriza por uma forma de dominação de classe e seu viés excludente e violento. No seu desenvolvimento surgem variações de domínio que possui como representante, em tempos de caos, o bonapartismo, uma forma que pressupõe a autonomia do Estado e a retirada do poder político da burguesia. Neste estudo, tendo como eixo temático o regime que se instaurou após o golpe de 1964, buscamos compreender as estruturas repressivas desse período e sua ligação direta com a caça ao Partido Comunista Brasileiro, materializada na Operação Radar (1973-1976), visando trazer para o debate se ela é uma expressão do bonapartismo, algo que até então se mostra escasso nas pesquisas sobre o tema. As fontes analisadas foram produzidas pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que foi de um órgão ligado diretamente ao exército na sistematização de informações e elaboração de documentos. Na ocasião, o CIE estava ligado à II seção do Exército, contando com apoio do Destacamento de Operação Interna (DOI), então localizado no Arquivo do Estado de São Paulo. A pesquisa tem como base metodológica a análise de fontes da repressão e para auxílio no tratamento dessas terá como referência os trabalhos dos historiadores Caroline Silveira Bauer e Mariana Joffily. O trabalho seguinte se insere dentro da linha de pesquisa da História Social.

**Palavras-chave:** Autocracia; Bonapartismo; Comunismo; Violência institucional; PCB.

## **THE REPRESSIVE STRUCTURE OF BONAPARTIST BOURGEOIS AUTOCRACY IN BRAZIL: OPERATION RADAR (1973-1976)**

**Abstract:** The Brazilian historical formation is characterized by a form of class domination and its exclusionary and violent bias. In its development, there are variations of dominion that has as its representative, in times of chaos, Bonapartism, a form that presupposes autonomy from the State and the withdrawal of political power from the bourgeoisie. In this study, having as the thematic axis the regime that was established after the 1964 coup, we will seek to understand the repressive structures of that period and their direct connection with the hunt for the Brazilian Communist Party, materialized in Operation Radar (1973-1976), aiming to bring to light the debate whether it is an expression of Bonapartism, something that until then has been scarce in research on the subject. The sources that will be analyzed were produced by the CIE (Center for Army Information) which was a body directly linked to the army in the systematization of information and preparation of documents, at the time, it was linked to the II section of the Army with support from the DOI (Internal Operation Detachment) are located in the Archive of the State of São Paulo; The methodological basis of the research is the analysis of sources of repression and, to help in dealing with them, the work of historians Caroline Silveira Bauer and Mariana Joffily is used as a reference. The following work is part of the Social History line of research.

---

\* Graduado em História pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6379-8919> Contato: [lucasspazz12@gmail.com](mailto:lucasspazz12@gmail.com).

**Keywords:** Autocracy; Bonapartism; Communism; Institutional violence; PCB.

## **LA ESTRUCTURA REPRESIVA DE LA AUTOCRACIA BURGUESA BONAPARTISTA EN BRASIL: LA OPERACIÓN RADAR (1973-1976)**

**Resumen:** La formación histórica de Brasil se caracteriza por una forma de dominación de clase y su sesgo excluyente y violento. En su desarrollo han surgido variantes de dominación, cuyo representante, en tiempos de caos, es el bonapartismo, forma que presupone la autonomía del Estado y la retirada del poder político a la burguesía. En este estudio, basado en el régimen instaurado tras el golpe de 1964, buscamos comprender las estructuras represivas de aquel período y su relación directa con la caza del Partido Comunista Brasileño, materializada en la Operación Radar (1973-1976), con el objetivo de aportar al debate si se trata de una expresión del bonapartismo, algo hasta ahora escaso en las investigaciones sobre el tema. Las fuentes analizadas fueron producidas por el CIE (Centro de Información del Ejército), organismo directamente vinculado al Ejército en la sistematización de la información y en la producción de documentos, en aquella época vinculado a la Sección Segunda del Ejército con el apoyo del DOI (Destacamento de Operaciones Internas). La investigación se basa metodológicamente en el análisis de las fuentes de la represión y tendrá como referencia el trabajo de las historiadoras Caroline Silveira Bauer y Mariana Joffily. El siguiente trabajo forma parte de la línea de investigación de Historia Social.

**Palabras clave:** Autocracia; Bonapartismo; Comunismo; Violencia institucional; PCB.

---

### **1 Introdução**

A formação histórica da sociedade brasileira tem como um de seus traços mais explícitos a violência. Desde sua formação colonial, o Estado engendrado aqui tem como princípio o desenvolvimento a qualquer preço de uma economia subserviente às potências externas, para isso, a formação social se modela através de um modelo autocrático, conforme Vânia Assunção:

[a] burguesia nacional engendrada neste processo é subserviente ao capital internacional e conservadora, e de resto não realiza suas tarefas econômicas. Deriva daí a quase inexistência de um mercado interno e a constituição muito lenta do processo industrial, além da vida nacional. Com isto, a forma de dominação da burguesia brasileira só poderia ser exclusivamente, autocrática.<sup>1</sup>

Diante desse panorama, o desenvolvimento econômico, político e social brasileiro ocorreu de modo conservador, dependente e violento; dessa forma, configurou-se uma sociedade em que as “reformas são realizadas pelo alto” sem nenhum tipo de participação

---

<sup>1</sup> ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico doutor GO: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 55.

popular hegemônica na inserção dos trabalhadores e do povo no processo decisório político-econômico, assim é levada de antemão uma contrarrevolução que aqui é uma forma de Estado de exceção permanente. Dentro desse processo, existem duas formas que foram particularizadas no caso brasileiro. A primeira é a *autocracia burguesa*, que tem como uma de suas principais características a reprodução direta dos anseios da classe dominante por meio da institucionalidade democrático-burguesa<sup>2</sup>, já a segunda consiste na *forma bonapartista*, que é a forma em que a burguesia cede o controle político e social para centralizar suas forças no econômico, isto é, em momentos de crise ou expansão do capital, sobre essas determinações a forma bonapartista é colocada em prática. Elas se desenvolveram ao longo do tempo e aqui não se trata de formas estagnadas em que a classe dominante escolhe qual delas usar, em verdade, o desenvolvimento do capitalismo e suas flutuações tendem a colocá-las.

No início do século XX, a esfera mundial vivia o advento da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Aqui, os ideais comunistas foram transmitidos para o mundo a fora e no Brasil, segundo Mário Filho, onde havia uma tendência muito forte ao anarcossindicalismo<sup>3</sup> devido à imigração massiva de europeus, foi se desenvolvendo grupos interessados nessa experiência e, já no final da década de 1920, essa tendência foi perdendo hegemonia no espaço da esquerda. Nessa conjuntura, surge uma organização pensada nos moldes do marxismo-leninismo tal como o partido Bolchevique da Rússia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Fundado em 25 de março de 1922, inspirado na recente vitória e consolidação do primeiro Estado proletário na Europa<sup>4</sup>, o PCB tinha como objetivo a revolução brasileira, desde seu início a perseguição política e militar estava colada ao partido e isso se segue por toda história do período republicano do Brasil. O PCB, enquanto partido comunista, buscava representar os anseios da classe trabalhadora e dos setores populares da sociedade brasileira.

Na metade da década 50, o partido alcançou uma relativa “legalidade”, no entanto, isso desmoronou por completo com o golpe de 1964. Esse golpe que, na concepção de Marcos Napolitano, “envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e

---

<sup>2</sup> Para uma análise sobre o papel do Estado na sociedade burguesa, consultar LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel na revolução. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

<sup>3</sup> O anarcossindicalismo é uma variação política do anarquismo que tem como centralidade a organização dos trabalhadores através dos sindicatos combinado com ações diretas de insurreição. No Brasil, a sua inserção se tem na segunda metade do século XIX, através dos imigrantes europeus, nesse processo “o anarcossindicalismo via a si próprio com uma parte do movimento internacional. Tentava desenvolver entre os trabalhadores um sentimento de solidariedade internacional, especialmente para os italianos, portugueses e espanhóis, irmãos nacionais de grande parte de nossos imigrantes”. MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. Volume 1. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

<sup>4</sup> Nos referimos à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

burguesia”<sup>5</sup>. Dele engendrou-se um bloco de poder composto e dirigido por militares, configurando o que viria a ser uma ditadura de caráter militar-bonapartista<sup>6</sup>, que tinha como fundamento a neutralização das camadas populares e de setores mais revolucionários da esquerda e a modernização econômica para avançar a inserção brasileira no mercado mundial capitalista, para esse último objetivo a única solução foi colocar as baionetas para funcionar novamente. Em um primeiro momento, o PCB não foi o alvo principal, por uma série de fatores, o mais latente se trata dos grupos armados, formados em grande parte por militantes do PCB que não concordavam com as teses e posições do partido naquela conjuntura histórica<sup>7</sup>. Todavia, se na ida não foram pegos, na volta dos militares à caserna antes do guardar das baionetas, o PCB não escapou, sendo assim, foi criada a Operação Radar já no final de 1973.

O Estado brasileiro, como meio de erradicar as oposições de esquerda, criou a chamada Operação Radar (1973-1976), que tinha objetivo neutralizar o PCB e limitar seu campo de ação na política brasileira; para isso, não se economizou esforços para caçar o partido. Em seus estudos, Milton Pinheiro destacou que ao todo 24 militantes do partido morreram durante o período da operação, a maioria sendo dirigentes do comitê central e ocupando cargos importantes<sup>8</sup>. Com isso, o estudo da Operação Radar reside em compreender a estrutura repressiva da autocracia burguesa em “tempos de guerra”, tendo como eixo histórico a ditadura

---

<sup>5</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 5.

<sup>6</sup> Utilizaremos nesta pesquisa a categoria de bonapartismo para caracterizar o golpe de 1964, o bonapartismo foi uma criação analítica colocada pela primeira vez por Karl Marx (1818-1883) em sua obra, *o 18 de brumário de Luis Bonaparte*, onde a figura de Bonaparte expressa um poder político com uma suposta neutralidade, isto é, seu governo e sua representação estatal está acima de todas as classes, mas que, na verdade, representa os interesses da classe burguesa, já que ela se retirou do controle político para controlar totalmente o econômico. O bonapartismo como categoria fora do contexto francês possui outro relevo, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente fazem com que o bonapartismo criado após 1964 fosse “assentado não em uma pessoa, mas em uma instituição, as forças armadas, de forma a reprimir o movimento operário e os opositores para integrar o Brasil ao capitalismo internacional como um país associado e dependente”. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. Ditadura como bonapartismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 17, 2013, p. 56.

<sup>7</sup> Antes do golpe de 64 o PCB já vinha de uma crise política causada por fatores externos e internos. Como causa externa, tem-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em que foram denunciados crimes cometidos no período de Josef Stálin por seu sucessor, Nikita Kruchev, o episódio causou um abalo e muitas discussões nos artigos comunistas mundo afora. Já as causas internas, tratou-se das mudanças na linha política que se faziam presentes nas discussões dentro do partido, de uma linha mais revolucionária e radical que o partido tomou desde que entrou na ilegalidade no período Dutra, foi se modificando essa concepção na década de 1950, agora o objetivo se colocava não em uma ruptura revolucionária, mas em uma luta de etapas e de caráter pacífico; se tratava de combater o imperialismo e os “resquíios feudais” que tratavam o desenvolvimento na totalidade do país, isso só seria possível com a participação da burguesia interna e de setores não proletarizados. Dessas discussões se terá uma ruptura em 1962, surgindo na política brasileira o PC do B, que se titulavam continuadores do legado pecebista e mais adiante, já em 64, a desintegração do partido e a fundação de grupos armados, descontentes com a linha política adotada pelo partido de cunho pacífico-democrático. Para um estudo aprofundado da cisão do PCB e os impasses teóricos daquela determinada conjuntura, consultar RIDENTE, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Volumes 5 e 6. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

<sup>8</sup> PINHEIRO, Milton (Ed.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

militar-bonapartista (1964-1985) e como objeto central de análise a operação radar, assim, tentaremos compreender se a operação é uma expressão dessa forma.

As pesquisas realizadas tendo como foco a Operação Radar são escassas, na maioria dos casos aparecem como um complemento ao falar da trajetória do PCB na década de 1970, sua aparição também ocorre através de livros de cunho memorialístico realizados pelos próprios militantes ou simpatizantes do partido, mas não em uma abordagem que coloca a Operação Radar em sincronia com a própria dinâmica do regime bonapartista que se desenvolve após o golpe de 1964.

## 2 Estruturas repressivas

Quando falamos de uma estrutura repressiva, podemos pensar em diversos fatores que a explicitam, desde um significado simples — para se pensar o seu significado como objeto — ou sendo mais refinado e elevando para o plano filosófico, nesse sentido:

estrutura é o plano de atividades ou de órgãos que mantém em pé a organização e lhe permite realizar seus objetivos. Não é semelhante a uma máquina pré-cibernética ou a um organismo no sentido pré-evolucionista, mas é um plano articulado de elementos que, dentro de certos limites, são suscetíveis de variações mais ou menos autônomas.<sup>9</sup>

O que cabe ressaltar em relação à estrutura é justamente o fato da mesma, através de um processo de sedimentação, ganhar certa autonomia. Esse último elemento citado é que ganha a tônica quando vamos pensar sobre as estruturas repressivas em quaisquer períodos históricos. Nesta pesquisa, nos deteremos em analisar e compreender o processo de criação, formulação e funcionalidade das estruturas repressivas no Brasil, especificamente o período que abarca a ditadura militar-bonapartista (1964-1985), pois foi nesse período que essas estruturas ganharam maior autonomia diante a sociedade civil e das classes trabalhadoras, também porque se configura com o maior instrumento de sustentação do próprio regime ditatorial que deixou marcas que acompanham nossa história até os dias atuais.

Muitas pesquisas já foram realizadas nesse sentido<sup>10</sup>. Pensando em uma forma de desenvolver uma análise sobre o que já fora produzido, colocaremos algumas considerações desses três autores e seus apontamentos sobre as estruturas repressivas e posteriormente realizar um balanço se é possível considerar as mesmas sobre uma ótica somente funcional e autônoma sem nenhum lastro de classe.

---

<sup>9</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 377.

<sup>10</sup> Consultar os trabalhos de Henrique Serra Padrós, Caroline Silveira Bauer e Rodrigo Nabuco de Araujo.

Podemos considerar primeiro os aspectos abordados por Padrós (2007). O autor caracteriza as estruturas repressivas dentro de um sistema mais amplo, denominado Terrorismo de Estado (TDE), que se vincula à própria dinâmica capitalista em períodos de convulsão social ou quando é necessário realizar reformas estruturais sem nenhum tipo de alteração no bloco de poder. Para caracterizar o TDE ele ressalta que:

uma administração implementa um TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo de medidas repressivas atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil.<sup>11</sup>

O primeiro ponto a se pensar, dentro dessa ótica, é o que pressupõe que o poder político está na mão efetivamente de governos representantes de uma determinada classe. Evidentemente, que a aplicação de um TDE é construído dessa própria classe dominante, pois a repressão ganha contornos nítidos ao povo e à classe trabalhadora, que são os “inimigos” a serem controlados e reprimidos por essas mesmas estruturas. É importante salientar que o processo de aprofundamento e até mesmo da criação e aprimoramento das estruturas repressivas se dão em um tipo de governo que pode ser considerado bonapartista, isto é, gerido por forças militares que representam dentro de uma ordem política a imparcialidade e o dever junto com a manutenção do sistema social, político e econômico. Nesse ponto:

o papel das forças armadas como ordenadoras do sistema social diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, além de serem a garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do ‘perigo comunista’.<sup>12</sup>

No Brasil é importante salientar que a violência expressada pelo Estado e pelas estruturas que o compõem sempre foi direcionada a grupos específicos, tendo em um primeiro momento as revoltas populares, já no século XIX, como a Guerra de Canudos, por exemplo. Com a industrialização do país na metade da década de 1930, o foco era justamente a classe trabalhadora e os grupos políticos ligados à ideologia do comunismo, mais especificamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), operador político central durante esse período. Para os militares o grande problema da sociedade brasileira era o comunismo, que seria supostamente o grande agente desorganizador da sociedade civil e de seus costumes. Diante disso, os militares

---

<sup>11</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. XXIV, 2007, São Leopoldo. *Anais...* Marília: Associação Nacional de História, 2007, p. 2.

<sup>12</sup> *Idem.*

desenvolvem através de um espelho ideológico externo<sup>13</sup>, uma ideologia que vai ser cristalizada através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que possui ligação direta com a guerra de contrainsurgência desenvolvida pelos franceses para manter as suas posses coloniais e a ordem interna em seus país. De acordo com o historiador Rodrigo Nabuco de Araújo, a influência francesa se deu através de:

revistas e demais publicações militares tiveram papel crucial na divulgação do pensamento francês, pois alcançavam público amplo e variado que ficava livre para interpretar o conteúdo político dos seus textos. Artigos e resenhas foram traduzidos e publicados nas principais revistas, como *A Defesa Nacional*, *Mensário de Cultura Militar do Estado-Maior do Exército*, *Revista do Clube Militar*, por oficiais que tinham estagiado na França.<sup>14</sup>

É importante a ênfase na DSN, pois ela que vai nortear posteriormente toda estrutura repressiva, no período militar, a sua aplicação

destruiu as bases da democracia representativa com o fechamento do parlamento, o controle sobre o poder judiciário, a interdições dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda oposição.<sup>15</sup>

Também não podemos reduzir as estruturas repressivas ao seu objetivo final, isto é, a perseguição e morte de grupos considerados inimigos da ordem; devemos ampliar o movimento dessas estruturas nas suas mais variadas partes, ou seja, colocar a tônica no processo da constituição da própria violência organizada “que se estendeu por todas as instituições existentes tornando-as mecanismos de multiplicação de formas de controle de ostentação de poder e de impunidade”<sup>16</sup>. Isso nos leva a outro conceito que se cria dentro do próprio funcionamento das estruturas repressivas que se diz respeito à “cultura do medo”<sup>17</sup>, que foi “a sensação explícita da existência da impunidade para os agentes repressivos, amplificando o sentimento de impotência das vítimas mais diretas e do seu entorno”<sup>18</sup>. Ou seja, a cultura do medo se trata mais de uma violência psicológica que se engendra justamente da análise feita pela sociedade civil e por grupos políticos diante da violência das estruturas repressivas, que ganham contornos maiores do que a própria resistência à ditadura. Isso gera um traço

---

<sup>13</sup> Grande parte do oficialato brasileiro tinha um contato direto com outras experiências através de missões e viagens de formação, os “espelhos ideológicos”, nesse sentido, formam a França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, para mais, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>14</sup> ARAUJO, Rodrigo Nabuco. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). *Contemporânea*, v. 8, n. 1, 2017, p. 89.

<sup>15</sup> PADRÓS, Terrorismo de estado e luta de classes, *cit.*, p. 2.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>17</sup> Esse termo fora criado pelo pesquisador argentino Guillermo O’ Donnel, sua ampliação pode ser encontrada nos trabalhos de Bauer.

<sup>18</sup> PADRÓS, Terrorismo de estado e luta de classes, *cit.*, p. 5.

imobilizador até para os mais críticos e conscientes do regime ditatorial, pois se figura justamente a violência como ponto de encontro, mais cedo ou mais tarde.

Em outra parte, dentro das estruturas repressivas, temos a produção de informações que se torna condição *sine qua non* para a violência direta dos agentes, pois é por meio dela que se vai selecionar os inimigos específicos e cruciais para a quebra dos grupos subversivos e sua desestruturação parcial ou total. Como ressalta a historiadora Caroline Bauer: “A atividade de produção de informações sobre determinados grupos e pessoas também pode ser consideradas uma forma de repressão, já que a informação é a base de ação da atividade repressiva”<sup>19</sup>.

Mas em síntese, podemos observar que os autores trabalham com muitas categorias, expressando um certo ecletismo teórico, na dificuldade de serem mais específicos no trato das formas que se entificam as estruturas repressivas no Brasil. A categoria de Terrorismo de Estado (TDE) expressa por um lado, características gerais, isto é, aponta os fatores econômicos, políticos e sociais, mas ainda não se leva em consideração o motivo da sua reprodução em um sentido mais total da história, aí está o seu limite, em contrapartida a categoria do bonapartismo pode suprir essa carência e o que tentaremos mostrar nas partes a seguir.

### **3 O último suspiro: a Operação Radar (1973-1976)**

Não é exagero afirmar que a história do PCB coincide com a história brasileira do longo século XX; muitos historiadores, sociólogos e intelectuais de todos os campos e setores ideológicos que analisam a história recente do Brasil destacam a presença do PCB na luta política e social do período, esse partido:

que nasceu de uma conjunção de operários, intelectuais e militares; parte do tenentismo desaguou nele, como no caso de Luiz Carlos Prestes, Agildo Barata e Apolônio de Carvalho. O PCB desempenhou um papel importante ao longo da história brasileira.<sup>20</sup>

Fundado em 25 de março de 1922, inspirado na recente vitória e consolidação do primeiro estado proletário na Europa, o PCB tinha como objetivo a revolução brasileira, desde seu início a perseguição estava colada ao partido e isso segue por toda história do período republicano do Brasil, o PCB, enquanto partido comunista, representava os anseios da classe trabalhadora e dos setores populares da sociedade brasileira<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. XXIII, 2005, São Leopoldo. *Anais...* Marília: Associação Nacional de História, 2005, p. 6.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021, p. 46.

<sup>21</sup> “O PCB constituir-se-á num instrumento de inovação política, na medida em que trará para a cena social aqueles que até então tinham estado à ‘margem da história’ — as classes subalternas — pondo na ordem do dia uma plataforma de ação que incidia fundamentalmente na elevação cultural política”. MAZZEO, Antonio Carlos.



No momento de sua formação a Operação Radar visava justamente caçar os principais operadores políticos do partido, que seguiam na luta contra a ditadura; no Brasil e fora dele, o partido já vinha desde o começo da década de 70 repensando a segurança da organização como o todo, segundo Mazzeo:

O partido deparava-se com duas questões centrais que imbricavam e tinham de ser resolvidas com urgência. De um lado, a questão de sua segurança interna, a preservação de seus quadros e de sua estrutura orgânica; de outro, a necessidade premente de debater *e revisar sua linha política*, diante do novo quadro político-econômico que se delineava. No que se refere à sua segurança, o partido tinha clara consciência de que continuaria sendo alvo permanente da repressão, principalmente por sua conduta firme e consequente no combate à ditadura militar-bonapartista.<sup>22</sup> [grifo do autor].

Já temendo reações no começo de 1971, período em que os grupos de combate armado já estavam quase todos esfacelados e sumariamente presos ou com seus militantes mortos, planejou-se em uma reunião, em meados de 1973, o envio de dez membros do comitê central (CC) para fora do país, o nome mais destacado no período seria o de Luís Carlos Prestes, na ocasião:

Dias levantou a questão do perigo que rondava os membros do CC, particularmente Prestes, sublinhando a informação sobre os planos para seu assassinato e propondo sua imediata saída do país, além de mais um terço do comitê central, ou seja, dez dos seus integrantes.<sup>23</sup>

No sentido de revelar as intenções da ditadura em reprimir o partido, podemos localizar esses e outros elementos no âmbito político em que o partido estava inserido; no que abrangia sua inserção dentro da esfera de oposição ao regime militar-bonapartista, que era o Movimento Brasileiro Democrático (MDB). O PCB lançou diversas candidaturas comunistas sob essa sigla; o movimento mais importante foi nas eleições de 15 de novembro de 1974, em que o MDB teve uma vitória expressiva sobre o partido da ordem materializado na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), podemos ver que do ponto de vista político:

os resultados eleitorais foram surpreendentes — para o regime e para a própria oposição: na renovação parcial do Senado Federal, a votação do MDB superou a da ARENA em mais de quatro milhões de sufrágios (14.579.372 contra 10.068.810, ou seja: 59,3% contra 41,0%); na renovação da Câmara dos Deputados, ganhou a ARENA, mas com uma vantagem inferior a 1 milhão de sufrágios (11.866.482 contra 10.954.440, ou seja: 51,9% contra 48,0%) e, para as Assembleias Legislativas, o resultado foi similar (ARENA: 12.184.240 votos contra 11.209.023, ou seja: 52,0%

---

*Sinfonia inacabada*: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022, p. 43. Fora isso, não podemos “deixar de verificar que sua inserção na vida política brasileira representou, indubitavelmente, um marco de modernidade, realizado pela contraposição permanente ao conservadorismo historicamente posto por uma sociedade hegemônica por uma débil burguesia de tradição autocrática e de extração escravista.” OLIVEIRA, *Brasil, cit.*, p. 46.

<sup>22</sup> MAZZEO, *Sinfonia inacabada, cit.*, p. 183.

<sup>23</sup> FALCÃO, João. *Giocondo Dias*, a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993, p. 288.

contra 47,9% para todas essas instâncias legislativas, o total de votos dados à oposição registrou, em relação às eleições anteriores, um extraordinário crescimento.<sup>24</sup>

Outro ponto importante de se elencar a respeito das eleições de 1974, sem cairmos em um viés politicista<sup>25</sup>, é entendendo que a força do MDB não se criou por ele mesmo, isto é, somente com os políticos que lá atuavam desde 1965, mas contava também com um grande apoio de setores sociais de oposição ao regime que eram contrários aos fins armados, mas que queriam participar ativamente da luta contra a ditadura; aliás, considerada pelos mesmos uma ditadura sanguinária responsável pela morte e desaparecimento de inúmeras pessoas e que limitavam a atuação de qualquer ação contrária ao regime<sup>26</sup>.

Após essa derrota, o regime considerou como fator determinante da sua derrota a presença dos comunistas no processo político, por isso:

ficou claro que o projeto geiselista da distensão estava longe de recusar a repressão mais brutal: se, imediatamente depois da tomada de posse de Geisel, a máquina repressiva, dando prosseguimento à Operação Radar, já mencionada, liquidou/“desapareceu” vários quadros do PCB, na sequência das eleições de 1974 (nas quais a ação do partido se fez sentir, contribuindo sem dúvida para a vitória oposicionista) [136] ela se voltou novamente para o PCB. Em janeiro de 1975, teve início uma série de prisões em Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro, que depois se estendeu a outros estados (Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais), numa vaga de violência que irá até outubro e, com meses de intervalo, a abril-maio de 1976.<sup>27</sup>

No texto “A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64”, Vinicius Bandeira, defende a hipótese de que a caça ao PCB é resultante da trajetória do partido no que toca à questão de o partido ser um velho combatente das políticas de direita e porque o PCB carregava consigo uma ideologia antissistema. Ele disserta sobre a questão de o porquê da

<sup>24</sup> NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 2016, p. 136.

<sup>25</sup> Essa categoria foi elaborada pelo filósofo marxista José Chasin (1937-1998), que analisando os textos da juventude de Marx, através de uma leitura imanente do mesmo, capta aquilo que ficará conhecido como as “determinações ontonegativas da politicidade”. Analisando os textos marxianos, constata que: “tratando-se de uma configuração da natureza ontológica, o propósito essencial dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social”. CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2009.

A prevalência do discurso político em contrapartida ao discurso econômico faz parte, segundo Chasin, da oposição no Brasil. E isso torna funcional o modelo econômico preconizado e imposto ao quadro societário geral, portanto, sob a égide do capital. Nesse sentido, a ontonegatividade da política se revela através da “autonomização e prevalência politicológica no ‘político’ em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômico”.

<sup>26</sup> Para analisar a atuação política do MDB no período citado, consultar: CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia História*, v. 28, p. 555-572, 2012. E também os trabalhos os seguintes trabalhos: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997. KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>27</sup> MAZZEO, *Sinfonia inacabada, cit.*, p. 136.

repressão buscar o PCB e aponta que “consistia em não deixar resquícios de oposição não consentida que pudessem vir a comprometer o projeto de abertura. Essa providência teria como alvo principal o PCB”<sup>28</sup>.

Jacy Guilherme Viera, que realizou uma dissertação de mestrado sobre a repressão ao PCB no estado de Santa Catarina, na década de 70, no artigo intitulado “O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão – PCB”, realizou uma leitura focalizada nos processos contraditórios dentro do campo militar, os chamados “rachas”, e demonstrou que a sua fase mais aguda foi justamente durante o governo Geisel (1974-1979), palco da Operação Radar. Nesse trabalho, o autor parte de outra hipótese: a repressão ao PCB é mais uma movimentação da “linha-dura” para frear o processo de “abertura” apresentado por Geisel, no sentido de mostrar que ainda há inimigos para combater nos moldes do terrorismo de estado e criar uma certa posição na direção do processo político.

Já na sua autobiografia, Marcos Antônio Tavares, na época dirigente do setor de finanças do PCB, traz seus relatos em uma dimensão interna da Operação Radar, como sendo de origem estratégica, sigilosa e política. Em “Giocondo Dias: a vida de um revolucionário” de João Falcão, são colocados pontos semelhantes, por exemplo, quando se pensa na mudança de governo e o sentido disso para o partido:

Iniciava-se, com o quarto governo da ditadura, o período mais negro da história de perseguições ao partido comunista, quando o dispositivo de repressão se voltou inteiramente para a sua eliminação como os governos anteriores haviam feito em relação à guerrilha urbana e rural.<sup>29</sup>

Existe uma semelhança na hipótese nas duas obras: a caça ao PCB tem como foco o aumento expressivo da oposição, no caso o MDB que elegia sobre sua legenda candidatos apoiados pelo partido, nas eleições de 1974 para o corpo legislativo e isso fora visto como um perigo, o autor recorre às publicações do partido e cita o artigo chamado “apertando o cerco”, mostrando, dessa forma, que o CC (comitê central) do partido tinha noção que a pressão ao mesmo era iminente. Nesta linha também se figura o trabalho do historiador Marcos Napolitano, em seu livro “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, onde reduz a repressão ao PCB à política no sentido dado acima:

Com a esquerda armada desarticulada a comunidade de segurança logo buscaria outros inimigos. Iniciava-se assim, a ofensiva contra o PCB, preparada em junho de 1974 e aprofundada a partir de janeiro 1975, quando o partidão foi considerado o

---

<sup>28</sup> BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos Cedem*, Marília, v. 3 n. 1, 2012, p. 61.

<sup>29</sup> FALCÃO, *Giocondo Dias, cit.*, p. 303.

‘culpado’ pela surpreendente derrota eleitoral do partido eleitoral do governo nas eleições legislativas de novembro.<sup>30</sup>

Outro trabalho que se debruça sobre essa temática é o de Marcelo Godoy, “A casa da vovó”, nome dado ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que foi o lugar que se processou quase toda Operação Radar, em um dos capítulos, intitulado “Noite e neblina”. A ofensiva contra o PCB”. Aqui o autor expõe – com auxílio de testemunhos, documentos e informações da operação divulgados posteriormente à operação e à ofensiva que o partido sofrera — as hipóteses que caminham no sentido de que todo processo repressivo que se seguiu a partir 1974 partira de militares contrários à abertura e isso foi objeto de disputa e resultou nos afastamentos dos mesmos, tendo o caso de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho como estopim.

Visão também ancorada por Paulo Markun, que, naquele momento, além atuar na célula dos jornalistas do PCB, foi companheiro profissional de Herzog e durante os anos de 73 a 76 acompanhou a atuação do partido muito de perto, de modo que para ele:

a Operação Radar não se limitava a prender os militantes do partidão. Para os dirigentes, representava uma sentença de morte. No início de 1974, seis integrantes do comitê central sumiram sem deixar rastros: em março, David Capistrano da Costa e José Roman atravessavam a fronteira em Uruguaiana, vindos da Argentina, quando foram presos. Em abril, Hiram de Lima Pereira, Luís Inácio Maranhão Filho, João Massena melo e Walter de Souza Ribeiro foram detidos em São Paulo e também desapareceram.<sup>31</sup>

Nesse mesmo período também:

o irmão do ex-vice-presidente do general Costa e Silva, Pedro Aleixo, também foi preso. Muito torturado, foi parar no hospital. Morreu de enfarto. Outro dirigente, Elson Costa, sumiu. Em abril foi a vez de Jayme Amorim Miranda e Nestor Veras. Em maio, desapareceu par sempre Itair José Veloso.<sup>32</sup>

Nesta pesquisa trabalhamos com fontes da própria operação, armazenadas no Arquivo do Estado de São Paulo e que faziam parte do DOPS-SP, no sentido de realizar uma leitura imanente das mesmas e posteriormente uma análise através de abstrações razoáveis, por meio das quais poderemos considerar o bonapartismo e suas estruturas repressivas de maneira mais nítida. Para retratar o perfil da operação vamos analisar somente uma das fontes para justamente traçar o grau de desenvolvimento dos aparelhos repressivos e sua hipertrofia diante da

---

<sup>30</sup> NAPOLITANO, 1964, *cit.*, p. 136.

<sup>31</sup> MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração*. São Paulo: Objetiva, 2015, p. 74.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 75.

sociedade civil, as técnicas de divisões e os graus classificatórios de cada militante caçado define a organicidade dos aparelhos de repressão e seu caráter bonapartista.

O primeiro ponto a se notar é justamente a origem do documento, que possivelmente fora produzido em São Paulo, pois sua divulgação se principiaria no próprio Estado, já que todos os meios de difusão são do local de origem. Isso se faz visível tendo em vista que após a década de 1970 grande parte dos dirigentes e a base dos militantes se concentravam nesse estado.

O documento começa: “o DOI-CODI e II EX, analisando a estrutura e funcionamento do PCB, organizou uma relação de membros do CC que, pela atuação e posição no partido, se presos, causariam com suas quedas, danos irreparáveis a curto e médio prazo, a essa organização de esquerda”<sup>33</sup>.

Ou seja, os órgãos repressivos não realizaram uma pausa ao PCB no que se refere às investigações de todo complexo partidário, a despeito do partido ter adotado uma linha pacifista após o golpe de 1964, linha que se materializava nos seus discursos que sempre incorriam em uma preconização de uma grande frente ampla e o retorno ao modelo democrático retirado pelos militares; de modo que esse discurso justamente levava a conclusões dentro do próprio Estado, ao invés do confronto direto pelas armas. Também podemos interpretar como uma continuidade e intensificação na sua vigilância, após, sobretudo, o desmonte dos grupos armados que fizeram oposição ao governo militar-bonapartista. O PCB, nesse sentido, retornou aos olhos da repressão como sendo peça chave a ser neutralizada e enfraquecida politicamente, completados os objetivos mais diretos do regime: a transição do modelo bonapartista para a autocracia institucionalizada, ou, nas palavras de Geisel, uma transição “lenta, gradual e segura”.

As estruturas repressivas já possuíam um grande acervo sobre o PCB, aliás, antes de 1964 o partido esteve presente em todas as lutas importantes e significantes para a classe trabalhadora e o povo brasileiro. Dessa forma, os aparelhos de repressão puderam organizar de forma sistemática um histórico dos militantes, identificados como “peças fundamentais para a organização do partido” e “que a queda de um deles já causaria grandes danos à organização”.

Nesse sentido, foi elaborado uma relação de nomes, considerando os seguintes aspectos:

**A-** Repercussão política e quebra de “moral” nos comunistas;

**B-** Condições intelectuais e ideológicas além de militância anterior, que possibilitaram assumir postos elevados ou reorganizar setores do partido;

---

<sup>33</sup> Em *AESP* Deops-sp/50-Z-9-39313, 14 de março de 1975.

C- Interesse dos órgãos de segurança, visando informações.

Após essas considerações o documento revela os seguintes nomes e observações:

**Giocondo Gerbasi Alves Dias (“Neves”)** – “por ser o secretário-geral do PCB, a sua prisão teria grande valor político, embora que, na prática, o partido poderia perfeitamente continuar suas atividades, após sua prisão”.

**Hércules Correia dos Reis (“Macedo”)** – “encontra-se na URSS em ‘reserva’, de acordo com a maneira de agir do partido, no que se refere a ‘normas de segurança’. Dada a situação, seu retorno nos próximos meses é muito provável. Com a missão de, a mando de Luiz Carlos Prestes, tentar reorganizar setores do PC”.

**Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior (“Jorge”)** – “na atual conjuntura, tornou-se o 29 ou 39 homem do partido. Sua prisão causaria danos bastantes grandes ao PCB. Trata-se de elemento de alto gabarito político e de comprovada capacidade de organizar e liderar comunistas. Ocupa essa posição devido a ‘queda’ de Marco Antônio Tavares Coelho, pois este, apesar de ocupar posição inferior na hierarquia, em nossa opinião, reunia melhores condições que ‘Jorge’.

**Jaime Amorim de Miranda (“Jorge”)** – “está também na URSS e sua situação é bem semelhante à de Hércules Correia dos Reis (‘Macedo’). Com exceção de que possui menores condições intelectuais que ele, ocupando uma posição de 4º homem no partido.

**Aristeu Nogueira Campos (“Campos”)** – “por se achar diretamente ligado a:

- Comissão de controle;
- Comissão executiva;
- Secretariado do CC, em que é secretário;
- Seção sindical do secretariado;
- Seção de finanças do secretariado;
- Seção de organização do secretariado.

Além disso, dado o trabalho que desempenha, é diretamente ligado à Giocondo Gerbasi Alves Dias (‘Neves’) e a todo esquema de aparelhos do partido. Com sua prisão se desmantelaria, na prática, a parte de organização do PCB”.

**Renato de Oliveira Mota (“Gonzaga”)** – “somente aparece nesta relação tendo-se em vista sua ligação com ‘trabalho militar’ do partido”.

**Elson Costa (“Eli”)** e **Hiran de Lima pereira (“Arthur”)** – “ambos foragidos, ligados a seção de agitação e propaganda, e ao esquema do ‘Voz Operária’ as ‘quedas’ de ‘Eli’ e ‘Arthur’ apresentam maior importância, pelo fato de ter sido publicado o n.º 12 da ‘Voz

Operária' referente ao mês de fevereiro de 1975, possivelmente sob a orientação de um ou de ambos, enquanto não forem presos, terá condições de reorganizar-se”.

O que se segue nessa classificação de alguns nomes do CC e sua divisão escancaram a forma de como o Estado tinham tamanho grau de autonomia nas suas buscas e caça aos considerados “inimigos internos”, deve se levar ao fato de que essas configurações repressivas foram se desenvolvendo ao longo da história brasileira, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), por exemplo, foi criada em 1924, ou seja, em um outro período da história brasileira, mas que sempre esteve ligado à repressão dos comunistas e de todos os grupos que se manifestassem contrários ao status quo, de modo que no decorrer de sua história foi se especializando e se agigantando e ganhando certa autonomia no âmbito social e político. Após 1964 assume um novo perfil que vai além de uma polícia política, como as fontes mostram, sua prática vai de encontro ao extermínio de pessoas ligadas ao partido, juntamente com a ligação orgânica que se efetivou no DOI-CODI com o exército e seu órgão de inteligência (CIE).

O DOI-CODI, apelidado pelos próprios torturadores como “casa da vovó”, foi um ambiente que planejou, montou e executou a Operação Radar durante 1974 e assim:

a Casa da Vovó voltaria golpear o partidão. Ela atuaria de forma clandestina até na área do Iº Exército, deixando de usar o aparelho de Petrópolis para matar, esquartejar e desfazer-se dos corpos. O ritual se realizaria só em São Paulo. Primeiro em Itapevi e, depois, em um sítio perto da Rodovia Castelo Branco. Os corpos eram seccionados e suas partes amarradas em mourões de cercas para que não viessem à tona. Transportadas no porta-malas dos carros da investigação, as vítimas eram jogadas do alto das duas pontes em um rio da região de Avaré. O comboio para fazer a desova normalmente incluía de dois a três carros.<sup>34</sup>

Ao seu final, a operação desestruturou quase todos os setores, sobretudo o setor de finanças e agitprop, deslocando também as gráficas do partido que produziam o *Voz Operária* na Casa Verde, em São Paulo, e no Rio de Janeiro. Essa operação que começa visando somente o Comitê Central do PCB vai desembocar nas perseguições de militantes de bases que se estruturavam em células, uma das células mais atingidas nesse contexto foi a dos jornalistas, que teve como resultado por parte do Estado repressivo a morte de Vladimir Herzog, que faleceu nas dependências do DOI-CODI. Naquele momento, o movimento dos trabalhadores ressurgia juntamente com os movimentos sociais e somado a isso a oposição ao regime foi se articulando. Nesse momento de ascensão das classes populares e fragilização da ditadura não se poderia admitir atos de violência pública, em janeiro de 1976, com a morte do operário Manoel Fiel Filho, ocorreu o estopim para o fim da Operação Radar, que já tinha alcançado os

---

<sup>34</sup> GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma bibliografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2014, p. 436.

seus objetivos principais: retirar da arena política do momento da abertura democrática os setores mais experientes na política antissistêmica, neutralizando os lutadores históricos, dessa forma, impossibilitando uma reorganização política da esquerda revolucionária no quadro de abertura. E, dessa forma, a Operação Radar se encerrou nesse mesmo ano.

#### **4 Notas sobre a via colonial e o bonapartismo o Brasil**

Nesse último capítulo trataremos de algumas categorias que foram utilizadas nesse trabalho e sua real ligação como a própria constituição da nossa gênese histórica que está alicerçada em uma formação capitalista particular que remete a duas categorias-chave para analisar esse processo: via colonial e o bonapartismo. Desenvolvida por teóricos no dentro do campo marxista já no começo da década de 70, oferece aos leitores uma chave de interpretação para os processos de caráter político e econômico da história brasileira e, sobretudo, os seus resultantes na constituição da sociedade civil. Ao pensarmos sobre nossa realidade e analisarmos todas causas e efeitos do capitalismo sobre nossas vidas é notável que se passe em um primeiro momento o porquê disso estar ligado à nossa formação, muito da argumentação que não passa pelo crivo histórico crítico aponta para argumentos como o Brasil é assim porque não foi colonizado pelos ingleses ou até alguns apontando para aspectos antropológicos e geográficos: “o Brasil é assim pelo fato que vivemos abaixo dos trópicos e isso reflete em nosso subdesenvolvimento e também sobre nosso povo pacífico e ameno”. Longe disso, muitos intelectuais do século passado tentaram trazer contribuições que apontavam uma teorização geral da nossa história<sup>35</sup>, nesse processo se constitui uma série de questionamentos a respeito da forma que a nossa colonização passa a se reproduzir em nossas terras, isso se deve ao tipo de abordagem adotada por esses intelectuais, as contribuições mais profícuas são evidentemente do campo marxista. A visão marxista da história ainda é motivo de críticas tanto pelas intelectuais da classe dominante como pelos acadêmicos pós-modernos; nesse sentido, é necessária uma explicação sobre a concepção marxista da história antes de adentrarmos na forma particular da formação brasileira.

A noção de história no marxismo está calcada na elaboração teórica de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que dedicaram as suas vidas a teorias e análises sobre o capitalismo e as suas formas de reprodução. A produção intelectual de Marx,

---

<sup>35</sup> Os clássicos da interpretação brasileira são: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Isso para pensarmos no campo da história, pois o aporte de intelectuais de outros matizes constitui fundamentalmente essa teorização, seja da sociologia, filosofia e economia. A respeito do tema, consultar: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.



que é de caráter ontológico, e isso fica claro em uma análise de sua obra, por meio desse processo teórico esses sim marxistas<sup>36</sup> elaboraram um agrupamento das principais ideias marxianas, colocadas, sobretudo, na *Ideologia Alemã (1846)*, em que fora elaborada uma concepção de história por esses dois teóricos. A noção de história vinculada à tradição marxista está pautada no desenvolvimento das forças produtivas em que as mesmas engendradas através dos antagonismos de classes (aqui que está a noção de luta de classes) produz outros modos de produção. Isso decorre sobre toda a história desde a antiguidade com o escravismo passando pelo medievo com a forma de servidão e chegando na modernidade através do trabalho assalariado. É importante ressaltar que um novo modo de produção não exclui o outro, pelo contrário, o novo carrega consigo o velho e suas características. Diante dessa simples síntese, temos que nos atentar à noção de totalidade: a história no campo marxista está sempre em movimento (é dialética), não há algo natural ou findável dentro dessa concepção; tudo se baseia em uma construção do homem através de formas herdadas pelas gerações anteriores. A totalidade nesse sentido entra na categoria em que considera as formas de determinação calcadas em muitas variáveis passando pela economia, política, sociedade e cultura. Isso quer dizer que existe uma causa que liga toda nossa história sobre ações do homem e também a natureza.

Voltando para a formação brasileira, é necessário pensar que o caso brasileiro é uma forma particular que está inserida em uma totalidade. Queremos dizer com isso que ao analisarmos o processo geral, verificamos que no século XVI o mundo engendra novas formas de produção através do mercantilismo, ou primeira fase do capitalismo, conhecida como capitalismo comercial e que em certa medida e por suas necessidades a burguesia que emerge do mundo medieval passa a querer expandir tanto no plano econômico como político, diante disso, o processo de colonização e resultante desses anseios que são colocados pela forma de Estado comercial. No desenvolvimento particular da colônia, as classes senhoriais se fortalecem através da reprodução do sistema externo, isto é, dependente e combinado vinculados aos interesses das burguesias centrais. Nesse momento de formação senhorial, a dominação de classe direta não é possível ainda, primeiro pelo fato da metrópole portuguesa ter o controle sobre a colônia, segundo devido à sua forma embrionária em relação à burguesia. Essa condição só muda de rotação após a Independência, pois aí teremos uma condição de expansão das classes senhoriais e o desenvolvimento de uma burguesia que só irá se preponderar no último quartel do século XIX, na estruturação de um modelo de Estado

---

<sup>36</sup> No campo marxista há uma distinção entre o pensamento marxiano (que envolve Engels) e o pensamento posterior ao que é considerado marxista.

nacional, novas ideologias e modelos culturais serão importados, mas a base material na periferia faz uma remodelação dessas ideias. O liberalismo no Brasil, reorganizou as bases políticas, mas consolidou também uma nova forma das classes dominantes de agir. O sistema liberal, junto com a construção de um Estado nacional e da sociedade civil, está circunscrito à própria classe dirigente.

Caio Prado Júnior, ao analisar a formação brasileira e começando seu clássico livro sobre a formação brasileira,<sup>37</sup> discorre em seu primeiro capítulo sobre o sentido da colonização e em resumo considera que o sentido da colonização em nossas terras se define por uma organização de extração de valor, através de uma “empresa colonial”; e isso se configura como sendo o último sentido de ser e ir sendo do nosso processo histórico. O mesmo teórico ressalta esse ponto em um livro escrito posterior ao golpe de 64, em que é apontado os erros teóricos da esquerda comunista, o que levou e contribuiu para as vacilações políticas na condução da revolução brasileira, livro esse que possui o mesmo título: *A Revolução Brasileira (1966)*, dessa forma:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema capitalista.<sup>38</sup>

Outros teóricos com base na tese de Prado Jr. se debruçaram sobre o tema e, dentre deles, o que será abordado no texto se refere às teorizações de Florestan Fernandes (1920-1995) e José Chasin (1937-1998). O primeiro inaugura o uso da categoria “autocracia burguesa” como instrumento de análise da sociedade brasileira, em seu célebre livro *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica (1975)*; já o segundo<sup>39</sup>, através de um exame do processo de formação, elabora uma categoria analítica denominada “via colonial” e que figura todo o processo particular de nossa história. Dentro dessa ótica, o processo de formação do Brasil se revela através de uma classe dirigente subordinada ao capital estrangeiro e que por sua debilidade genuína não assume nem as tarefas históricas atribuídas a ela. O caráter regressivo se configura no desenvolvimento histórico e no plano político se expressa através de uma autocracia em que o protagonismo do povo fica cancelado e as reformas se dão pelo alto, em tempos de agudização das contradições do capital o bonapartismo é colocado em prática<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>39</sup> CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

<sup>40</sup> “Aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é sua forma em tempos guerra”. CHASIN, *A miséria brasileira, cit.*, p. 90.

A categoria de autocracia burguesa desenvolvida por Florestan tem como pressuposto uma recusa às teorias que conferiam centralidade à noção de autoritarismo, pois eram consideradas insuficientes. Entendendo que o carácter repressivo das classes dominantes não pode ser explicado apenas por um episódio histórico, mas que deve ser estudado e ampliado pelas estruturas de desenvolvimento da sociedade colonial até as formas capitalistas monopolistas, Florestan resume dessa maneira o *modus operandi* da autocracia burguesa:

Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva.<sup>41</sup>

Por isso mesmo:

A sua inflexibilidade e sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas e sua coragem de indetificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo.<sup>42</sup>

Já a via colonial no ideário chasiniano está inserida também uma apreensão particular do processo do capitalismo no Brasil, retirada através de uma leitura ontológica dos textos marxianos, a partir da qual se visava analisar a formação, os modelos e a estrutura no Brasil; para isso, se analisam as diferenças nos processos formativos e revolucionários da burguesia dentro da ótica marxista. Nessa análise, as primeiras revoluções burguesas definidas como “clássicas”, a exemplo da Inglaterra e França, onde o povo participou ativamente desse processo de transição, assim como a burguesia efetivou todo seu poder e levou também a cabo suas tarefas como classe. Tempos depois, outro teórico expoente do marxismo, Vladimir Lenin (1870-1924), ao analisar em seu livro intitulado *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899)* sinalizou o que caracteriza a revolução burguesa daquele país e que a mesmo se efetivou concretamente através de uma via-prussiana, em analogia ao processo que envolve a Unificação Alemã (1870-1871), que o autor analisa como sendo um processo totalmente diferente das revoluções clássicas, porque nesse caso específico houve uma mudança pelo alto, uma modernização conservadora em que os *junkers* (proprietários de grandes terras) — que representava o antigo poder — se transformavam em capitalistas. Nessa metamorfose em que o velho se transforma em novo, uma citação (à guisa de reflexão) coloca essa mesma intenção para o leitor do processo brasileiro, retirado de um livro de um autor italiano, Giuseppe Tomaso

---

<sup>41</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Contracorrente, 2020, p. 294.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 295.

di Lampedusa: “Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”. Voltando ao caso brasileiro, Chasin extrai dessa rica análise o aporte para interpretação do Brasil, a via-prussiana<sup>43</sup> e incorporada a mais um elemento que difere da Alemanha: a colonização. Então, derivou-se esse conceito que explica, como já ressaltado, as particularidades de nossa formação nesse sentido:

A via colonial de objetivação capitalista no Brasil determina concretamente a dimensão particular da natureza atrofica do capital, assim como a especificidade histórica das formas da dominação autocrática-burguesa em nossa formação social. Isto obriga tematizar sobre a possibilidade concreta da efetivação de uma liberal-democracia em terras brasílicas, dadas as condições particulares da incompletude de classe de nossos proprietários.<sup>44</sup>

Em uma dinâmica própria, as classes dominantes se encontram incompletas tanto economicamente como politicamente; dessa forma, a violência assume um caráter ímpar no modelo brasileiro, Chasin ressaltava esse aspecto:

Este filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem seu fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite correções na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria.<sup>45</sup>

Então se verifica que as estruturas de repressão se colocam como parte fundamental em nossa formação, todo tipo de violência reproduzida pelo Estado tem um lastro nessa forma autocrática que dá sustentação à classe dominante, que em um espectro maior é caudatária do capital internacional. A “miséria” à qual Chasin se refere revela que a repressão e todas as formas de controle sobre o povo precisam ser ao mesmo tempo naturalizadas, no sentido de se criar um consenso e a legitimação de seus atos diante do povo o qual é o mesmo alvo, mas também uma intensificação tanto qualitativa como quantitativa no que se refere às práticas, estruturas e modos de violência. Não é difícil dar exemplos de como esse aspecto perpassa o nosso cotidiano sem nem mesmo darmos conta. A título de exemplo, podemos nos localizar historicamente no período de vigência da ditadura militar-bonapartista, nesses longos 21 anos foi se aproveitado tanto órgãos repressivos de períodos anteriores como também engendrados novos, a saber: o Sistema Nacional de Informações (SNI), que possuía uma caráter de

<sup>43</sup> Outros teóricos ainda assumem o mesmo termo para caracterizar as formas de entificação do capitalismo no Brasil, sobre o debate, consultar: MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>44</sup> RAGO FILHO, Antonio. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil. *Verinotio – Revista online de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 11, 2010, p. 78.

<sup>45</sup> CHASIN, José. A miséria da república dos cruzados. *Revista Ensaio*, n. 15, 1986, p. 5.

inteligência e sistematização de informações, mas que evidentemente foi a pedra de toque para a repressão direta à sociedade; assim também como Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em que foi derivado da então chamada Operação Bandeirantes (OBAN), que fora articulada a partir de 1968 já no contexto de caça aos movimentos da luta armada e posteriormente aos movimentos sociais.

O bonapartismo no Brasil tem sido estudado por muitos grupos políticos e intelectuais ao longo do tempo<sup>46</sup>, diversas interpretações foram direcionadas ao seu estudo, de modo que a sua caracterização não se vinculada meramente a um aspecto — *autonomia relativa do Estado*<sup>47</sup> — sendo inadequado traçar o seu perfil meramente pelo grau de violência do Estado, pela autonomia desse diante da sociedade civil ou pela existência de um Poder Executivo hipertrofiado juntamente com as Forças Armadas exercendo um papel chave. Para uma definição clara, Demier diz que o bonapartismo “*se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença*”<sup>48</sup>.

O bonapartismo, em último caso, significa também a dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais. Em um movimento que se combina também com uma certa “crise de hegemonia” da própria burguesia diante a sociedade civil, autores clássicos como Gramsci<sup>49</sup> já colocaram essas elaborações partindo da análise de uma sociedade de tipo “Ocidental” (uma sociedade capitalista avançada e com um Estado desenvolvido) em que o proletariado já se constituindo como classe pode traçar projetos políticos *não-hegemônicos* e, por isso, faz-se necessário uma mudança de regime (de perfil bonapartista) para a própria manutenção da ordem capitalista.

O golpe de 64 além de mudar a figuração do regime que passou de uma autocracia burguesa sob um modelo democrático-burguês para uma autocracia burguesa sob um regime bonapartista, que na sua constituição estava sob a chefia não de um líder carismático, mas sim de um grupo de militares que desenvolveram e aperfeiçoaram as estruturas repressivas. Um teórico que analisou o fenômeno do bonapartismo antes de 64 e após esse período foi Ruy

---

<sup>46</sup> Como não é um tema do próprio artigo em questão, para os interessados sobre a historiografia do bonapartismo no Brasil, consultar: DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em Poder e Sociedade) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012, 2 v., 506 f.

<sup>47</sup> Sobre esse conceito, consultar: POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

<sup>48</sup> DEMIER, *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, cit., p. 17.

<sup>49</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2017.

Mauro Marini (1937-1997), que o definia como um “Estado de contra-insurgência<sup>50</sup>” que na América Latina tinha como característica ser de modo permanente. Segundo Marini:

A contrarrevolução latino-americana se inicia com um processo de desestabilização, durante o qual as forças reacionárias tratam de agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e de semear no movimento popular a divisão, a desconfiança em suas forças e em seus dirigentes; continua através de um golpe de Estado, levado a cabo pelas Forças Armadas, e se resolve com a instauração de uma ditadura militar. As sociedades concretas latino-americanas impõem a cada um desses momentos seu traço particular.<sup>51</sup>

Conforme traçado na primeira parte do artigo, o Terrorismo de Estado aparece também nas elaborações acerca do bonapartismo feitas por Marini, mas aqui:

o terrorismo de Estado, como método de enfrentamento ao movimento popular, se intensifica precisamente porque este movimento se encontra intacto e muitas vezes aparentemente forte no momento em que as frações contrarrevolucionárias conseguem subordinar plenamente o aparelho estatal, não havendo sofrido um processo prévio de derrotas.<sup>52</sup>

Concluindo, a formação brasileira possui diversas interpretações e as que mais se destacam pelo nível analítico são as que estão inseridas na tradição marxista, dado que as observações recaem sobre a materialidade e na forma processual dos objetivos analisados pelos teóricos dessa tradição, além do mais, a noção de totalidade insere elementos que realizam uma movimentação e que caracterizam o processo de formação em nível econômico, político, social e cultural. Dessa forma, a análise sobre a ótica da via colonial desenvolvida por Chasin, figura todo o processo de entificação do capitalismo no Brasil, assim como fórmula a respeito da burguesia instalada no período colonial e que já possui os traços definitivos de sua ação sobre a história, seu caráter dependente e atrofico do ponto de vista político-econômico faz com que a única forma de governar seja de cunho autocrático, dado isso, as estruturas repressivas se colocam como ponto central de sua dominação na esfera política, econômica e social. Por outro lado, o bonapartismo que se inaugura com o golpe de 64 tem por todos os meios a inviabilização da resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais e políticos que se encontraram naquele momento, tendo como eixo o PCB, de modo que a repressão, em um primeiro momento, se deu a todos os grupos que mostraram certa resistência e mobilidade política para o enfrentamento direto da ditadura. Isso não quer dizer que a repressão sobre o PCB não estava no escopo dos militares naquele momento também, dado os casos de perseguições, sequestros e mortes, de que já tinha indícios de ocorrência desde 64 e que se aprofundam ao longo do

---

<sup>50</sup> MARINI, Ruy Mauro; CASTELO, Rodrigo. O Estado de Contra-Insurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2018.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 6.

período<sup>53</sup>. O que tentamos demonstrar nesta pesquisa foi justamente que a Operação Radar se materializa na expressão bonapartista daquele período histórico, desde a sua elaboração no final de 1973 até o seu fim, em janeiro de 1976, que contava com um alto grau de mobilização das estruturas repressivas e que visava um grande desmoronamento do partido: começando pelos membros do partido e indo para as fileiras dos militantes, atingindo também o seu jornal com a invasão das gráficas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A hipótese traçada sugere que a Operação Radar, além de ser uma expressão do Estado bonapartista, também estava inserida em um plano maior do regime, que visava a neutralização e desestruturação do PCB na fase de distensão da ditadura. Podemos analisar que a caça ao PCB na década de 1970 trouxe uma série de complicações para o partido, que prejudicaram a sua condução política e o afastaram do movimento sindical, em certa medida, e também dos setores sociais que materializavam os anseios do povo brasileiro na reconstrução de um regime democrático. Sem a sua presença no direcionamento de vanguarda nesse processo, só restou a participação comedida nos bastidores da “redemocratização”, pelo alto, sem a presença atuante nos movimentos que poderiam canalizar novas possibilidades e romper com a autocracia burguesa.

---

<sup>53</sup> Um desses fatores está explicitado no episódio das cadernetas de prestes em que “os policiais acharam 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações”. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. Isso teve um grande impacto naquele momento, também se deve ao fato de que o aparelho repressivo já tinha um grande acúmulo de materiais e dossiês do partido desde a década de 20 e que expandiu após o levante de 1935.

## Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico doutor GO: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, 232 p.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de; SATÓRIO, Lúcia Ap. Valadares. A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 9, ano V, p. 135-154, 2008. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/257/245>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como bonapartismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 17, Ano IX, p. 38-62, 2013. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/167/157>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- ALBUQUERQUE, Mateus Coelho Martins de. *O jornalismo matou Vladimir Herzog? um estudo dialético*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016, 101 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16865?show=full>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- ARAUJO, Rodrigo Nabuco. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). *Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 87-104, 2017. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/article/view/1449>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos Cedem*, Marília, v. 3 n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2340>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. *Aedos*, v. 9, n. 21, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/73517/0>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- BARCELOS, Thatiana Amaral. *A imprensa do PCB editada no exílio: Informação, identidade e militância*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 119 p. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12104?show=full>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. XXIII, 2005, São Leopoldo. *Anais...* Marília: Associação Nacional de História, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571\\_7214a67b6d61f14b269a62b618314a72.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_7214a67b6d61f14b269a62b618314a72.pdf). Acesso em: 14 mai. 2024.
- CARONE, Edgar. *O PCB: 1964/1982*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, José. A miséria da república dos cruzados. *Revista Ensaio*, n. 15/16, 1986.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COELHO, Marco Antonio Tavares. *As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. A autorreforma da Ditadura Militar – a reiteração da autocracia burguesa. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Fortaleza, ano 9, n. 12, p. 13-



- 34, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49438>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em Poder e Sociedade) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012, 2 v., 506 p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16027>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- DE LIMA, Ricardo Rodrigues Alves. *O PCB vive e atua: da crise do stalinismo a um novo ciclo de luta clandestina contra a ditadura (1956-1976)*. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 2014, 301 f. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/15810-teses-de-doutorado-2014>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma bibliografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2014.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- JOFFILY, Mariana Rangel. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 351 f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração*. São Paulo: Objetiva, 2015.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.
- MARIANI, Bethania Sampaio Correa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, 259 f. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115379>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- MACIEL, David. Ernesto Geisel e a autocracia burguesa no Brasil. *História Revista*, v. 20, n. 1, p. 72-91, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/39366>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: motos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do estado*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Lourenço da Mata: Editora Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

- HISTÓRIA, n. XXIV, 2007, São Leopoldo. *Anais...* Marília: Associação Nacional de História, 2007. Disponível em: <https://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0755.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- RAGO FILHO, Antonio. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 11, Ano VI, p. 71-86, 2010. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/98/88>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a Operação Barriga Verde (1922- 1975)*. Dissertação (Mestrado em história) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994, 133 f. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30390907.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB*. *Textos e Debates*, v. 1 n. 1, 1995. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/906>. Acesso em: 14 mai. 2024.

**Como citar este artigo:** BEZERRA, Lucas Pereira da Paz. A estrutura repressiva da autocracia burguesa bonapartista no Brasil: a Operação Radar (1973-1976). *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1–27, 2024.

*Recebido em 26.09.2023*

*Publicado em 23.05.2024*



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional